

# Partidos saem à caça de mulheres

*Elas têm, na nova lei, garantia de 25% das vagas. Na eleição de 94, foram 10% do total de candidatos*

MARIA EUGÉNIA

Elas representaram apenas 10% do número total de candidatos nas eleições de 1994. Do total de 307 candidatos, apenas 30 eram mulheres. Para 1998, a nova lei eleitoral promete alterar esse quadro, já que traz em um de seus artigos a exigência de o sexo menos representado ter 25% das candidaturas.

Dante das novas regras, os partidos brasilienses decretaram uma verdadeira caça às mulheres, embora garantam ter quadro suficiente para se enquadrar na exigência. "Desde as eleições passadas, 30% de nossas candidaturas foram reservadas às mulheres", conta o presidente do PT/DF, deputado Chico Vigilante.

Para reforçar o time feminino petista, que já conta com os nomes de Maria José da Conceição, Maria Laura, Lúcia Carvalho e Arlete Sampaio, com vagas garantidas para 1998, o PT espera lançar outros nomes como o da presidente do Sindicato dos Bancários, Érica Kokay, e da sindicalista Elzira do Espírito Santo.

Odilon Aires, presidente do PMDB/DF, admite que seu partido está buscando reforços para o time feminino



Fotos: Arquivo

**Érica Kokay, do PT, Rosemary Miranda, do PMDB, e Elisa Martis, do PSDB, vão reforçar o quadro de candidatos**

de olho em 1998. "Mas não devemos ter dificuldade alguma para compor o percentual exigido pela legislação eleitoral. Na Câmara Legislativa, por exemplo, o partido de maior bancada não tem uma mulher sequer. Mas apostamos em nomes como a radialista Rosemary Miranda (ex-distrital) e Eurídes Brito (ex-federal).

Na linha da terceira via, a missão de capitanear as candidaturas femininas é da presidente do PSD/DF, Maria de Lourdes Abadia. Além dela, que está de olho em uma vaga na Câmara dos Deputados, tem a diretora do Procon, Elisa Martins, que sonha em ocupar uma das 24 cadeiras da Câmara Legislativa.

Mas há quem ache que o percentual definido pela nova lei estimula a discriminação. "A presença da mulher na vida política é uma consequência natural da emancipação. Quando é necessária uma lei criando a obrigatoriedade, acho que estimula uma relação desigual entre os sexos", analisa o presidente do PSB/DF, Gustavo Balduíno.